

# DOSSIÊ “ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL”

## APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento econômico é um fenômeno que possui múltiplos ângulos, e o crescimento econômico é apenas um deles. Avaliar o desenvolvimento de uma região é medir a evolução de variáveis como o PIB, juntamente com outras que impliquem aumento do bem-estar de seus habitantes.

O Nordeste do Brasil se tornou o centro de muitos embates políticos nos últimos anos, em função de seu crescimento e desenvolvimento acelerado acima da média nacional. A região muitas vezes foi considerada receptora majoritária de toda espécie de transferências e benesses das autoridades públicas, sem que se levassem em conta outros fatores que colaboraram para a explicação desse resultado positivo. No debate político, essa referência se tornou frequente, tornando as afirmações uma verdade estabelecida. Assim, na tentativa de colocar luz sobre as causas e peculiaridades do desenvolvimento recente da Região Nordeste, diversos pesquisadores investigaram as razões do crescimento e suas consequências para o bem-estar dessa parte do território nacional.

Os artigos deste dossiê buscam mostrar o desenvolvimento de uma maneira mais ampla, caracterizando, em primeiro lugar, alguns vetores do desenvolvimento do Nordeste e medindo seus impactos e importância relativa. Mostram também qual o papel dessas transferências governamentais e sua importância, principalmente para regiões muito deprimidas. Por outro lado, revelam ao leitor que outras políticas, não tão propagadas em discursos políticos, contribuíram de forma muito mais contundente para o resultado positivo da região, como o aumento do emprego formal, a valorização real do salário mínimo e a ampliação do crédito, por exemplo.

A estrutura produtiva também sofreu grandes alterações. O crescimento da indústria, principalmente nos grandes centros, como Salvador, Fortaleza e Recife, assim como a significativa decadência do setor sucroalcooleiro, foram alguns dos motivos dessas transformações. As políticas de Arranjos Produtivos Locais se propagaram por todos os estados, com abundância de recursos, e modificaram as relações produtivas, principalmente para os pequenos negócios. Além disso, políticas de expansão das universidades, o microcrédito produtivo orientado, programas de fomento à agricultura familiar e de formação de mão de obra técnica, propiciaram aumento geral da renda, de maneira relativamente mais bem distribuída. A agricultura, no que diz respeito às lavouras temporárias, sofreu também uma profunda transformação nesse período, com uma queda acentuada na produção da cana-de-açúcar e a diversificação da produção agropecuária.

O BNDES consolidou-se como um agente transformador da região, ampliando substancialmente seus empréstimos, tanto em obras públicas de infraestrutura quanto no fomento à iniciativa privada, com grande destaque para os serviços, principalmente a atividade de turismo. Os estudos mostram ainda uma desconcentração dos investimentos do banco de desenvolvimento e uma interiorização das aplicações, o que contribui para o crescimento com melhor distribuição regional.

Certamente seria uma omissão imperdoável deixar de fora uma análise sobre a importância das transferências governamentais, como os fundos de participação dos estados e municípios, que têm um papel distributivo fundamental para a manutenção de estados mais pobres da federação, e o Programa Bolsa Família, que atinge populações em situação de pobreza, principalmente aquelas que se encontram em regiões mais deprimidas, como o semiárido nordestino. No entanto, as transferências têm impacto muito maior sobre redução de disparidades regionais (FPM e FPE) e redução da pobreza extrema (PBF) do que propriamente no resultado substancial de crescimento do PIB ou renda *per capita* que a região apresentou nesses últimos dezoito anos.

O desenvolvimento do Nordeste não trouxe apenas prosperidade e melhoria dos indicadores sociais. A violência seguiu um caminho oposto, apresentando indicadores extremamente desfavoráveis à região, em relação ao restante do país. Contrariando todas as expectativas da teoria econômica sobre efeitos da criminalidade, à medida que houve aumento da renda e do bem-estar, o número de homicídios duplicou. O crescimento das grandes cidades e as migrações não foram acompanhados pela capacidade do poder público de prover equipamentos urbanos, além do fato de a região ter enfrentado durante esse período uma epidemia do *crack*, que fez o crime no Nordeste ter um comportamento explosivo. Outros fatores, como a repressão policial nos grandes centros urbanos de outras regiões do país, podem ter provocado a migração de criminosos para o Nordeste.

Por fim, a título de contribuição teórica, para melhorar a distribuição de renda, um estudo propõe a redistribuição ótima de alíquotas de ICMS dos estados do Nordeste, privilegiando setores que empregam um contingente maior da população e, ao mesmo tempo, realizando uma cobrança menor para atividades que componham a cesta de consumo da população mais pobre, como alimentação. O estudo propõe alíquotas maiores para produtos e serviços que são mais demandados por uma população com maior renda, a fim de melhorar a distribuição de renda e tornar os impostos menos regressivos, aumentando o bem-estar.

É importante conhecer a realidade do Nordeste para que se entendam as profundas transformações ocorridas. Como ações simples podem ter impactos tão profundos. O Programa Bolsa Família foi apenas a ponta do *iceberg*. O programa não era exclusivo para a região, e atingiu um contingente importante em todos os estados da nação. No entanto, o programa foi fundamental para o combate à pobreza no Nordeste, pois essa região abriga a maior quantidade de pobres do território. Juntamente com um plantel de políticas públicas que priorizou a atração de investimentos, a produção agrícola, os pequenos negócios, a educação superior, a valorização do salário mínimo e o crédito, o Nordeste retomou o caminho do desenvolvimento.

Este dossiê não tem a pretensão de ser conclusivo em relação aos inúmeros aspectos que implicam o desenvolvimento da Região Nordeste. Vários aspectos foram deixados à parte por serem muito numerosos, como, por exemplo, saúde, meio ambiente, bens intermediários, urbanização, expansão das universidades, turismo, entre outros. No entanto, abre-se aqui uma discussão fundamental sobre uma retomada das políticas de diminuição das disparidades regionais no Brasil, que, quando realizadas de maneira planejada e integrada, têm impacto positivo sobre todo o território nacional e constroem uma sociedade mais solidária e unificada.

Thierry Molnar Prates  
Organizador